



Potencialidade de ferramentas para a qualificação da Extensão Rural para assentamentos rurais no Rio Grande do Sul - Brasil

Vinicius Piccin Dalbianco¹

Pedro Emanuel Peres Diani^{1*}

Alison Fernando Jeronymo Eduardo¹

Pedro Selvino Neumann²

Alisson Vicente Zarnott²

Resumo: O artigo tem por objetivo descrever e analisar o uso de ferramentas de suporte às ações de Extensão Rural (ER) voltada para os assentamentos da Reforma Agrária. Com relação ao método, a pesquisa se qualifica como sendo qualitativa, de caráter descritivo, com aporte documental e pesquisa de campo. O trabalho com ações de campo, foi realizado durante o ano de 2022, em assentamentos localizados no município de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil. As ferramentas analisadas na pesquisa foram o Sistema Integrado de Gestão Rural da ATER (SIGRA), a análise econômica de Unidades de Observações Pedagógicas (UOP) e a Sistematização de Experiência. As ferramentas de extensão demonstraram potencial para aprimorar os serviços de ATER para os assentamentos, na: i) coleta e sistematização de dados; ii) reconstituição histórica e reflexiva sobre as experiências de desenvolvimento dos assentamentos; e iii) na análise econômica das unidades produtivas que representam as famílias agrupadas por sistemas de produção.

Palavras-chave: Assentamentos; Reforma agrária; Extensão rural.

Potential of tools for the qualification of Rural Extension for rural settlements in Rio Grande do Sul - Brazil

Abstract: The article aims to analyze a set of working tools for improving external Rural Extension (RE) services for Agrarian Reform settlements. Regarding the method, the research qualifies as qualitative, descriptive in nature, with documentary support and field research. The work with field actions was carried out during the year 2022, in settlements located in the municipality of Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brazil. The tools proven in the research were the ATER Integrated Rural Management System (SIGRA), the economic analysis of Pedagogical Observation Units (UOP) and the Systematization of Experience. Extension tools have the potential to improve ATER services for settlements, in: i) data collection and systematization; ii) historical and reflective reconstruction of the settlements' development experiences; and iii) the economic analysis of the production units that represent families grouped by production systems.

Keywords: Settlements; Agrarian reform; Rural extension.

¹Universidade Federal do Pampa-Unipampa, Brasil. *Autor correspondente: pedroemanoelperesdiani@gmail.com

²Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Brasil

Introdução

Os assentamentos rurais são uma importante estratégia de combate à pobreza rural e de promoção da inclusão social no campo, além da contribuição para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). “Quando bem planejados e implementados, esses assentamentos podem ser uma solução eficaz para a questão agrária e contribuir para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais” (MIRANDA, 2015, p. 53).

Os assentamentos rurais visam garantir o acesso à terra e à moradia adequada a grupos populacionais que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica. Esses grupos podem incluir trabalhadores rurais sem-terra, populações tradicionais e outros segmentos que vivem em áreas urbanas ou rurais (DALBIANCO, 2018).

A implantação e desenvolvimento de assentamentos proporciona condições dignas de vida para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão social, o acesso à terra, à habitação e à infraestrutura básica. Além de tudo, essa prática busca promover o desenvolvimento econômico e social das regiões onde os assentamentos são criados, por meio da geração de emprego e renda e do estímulo à produção agropecuária e outras atividades econômicas. Neste sentido, o desenvolvimento de assentamentos é um processo complexo e multifacetado que envolve planejamento, gestão de recursos, infraestrutura, habitação, serviços públicos, sustentabilidade e participação comunitária, visando a criação de comunidades que sejam saudáveis, seguras, equitativas, prósperas e sustentáveis.

Existem várias estratégias para o desenvolvimento de assentamentos, incluindo o reassentamento de pessoas em áreas desapropriadas, a regularização fundiária, a urbanização de áreas informais e a promoção de projetos habitacionais sustentáveis e acessíveis. Essas estratégias são frequentemente implementadas em conjunto com programas de desenvolvimento social e econômico, como educação, saúde e emprego.

Após criados e implantados, o desenvolvimento de assentamentos rurais necessita da colaboração de múltiplos setores e a participação ativa das comunidades envolvidas. As políticas e os programas de desenvolvimento rural voltadas para assentamentos rurais devem ser desenvolvidos de maneira participativa e inclusiva, envolvendo os moradores dos assentamentos e suas organizações locais na tomada de decisões e na implementação de soluções sustentáveis e adaptadas às suas necessidades. Sobre isso, destaca-se os serviços de ER, pois contribuem para a promoção do desenvolvimento do campo, prioritariamente para agricultura familiar (DIAS, 2008).

No caso dos assentamentos rurais, até o ano de 2016 existia o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), que prestava serviços de

ER para as famílias assentadas. O principal objetivo do programa era o de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos assentamentos rurais, garantindo condições dignas de vida para as famílias e a conservação dos recursos naturais.

No âmbito do programa de ATES no Rio Grande do Sul, foram desenvolvidas várias ferramentas para auxiliar no trabalho de ER, entre as principais se destacam o Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA), a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP) e as Sistematizações de Experiências Agroecológicas. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo descrever e analisar o uso de ferramentas de suporte às ações de Extensão Rural (ER) voltada para os assentamentos da Reforma Agrária. Neste sentido, o artigo está dividido em 5 seções, contando com esta introdução. Na segunda seção são apresentadas as referências metodológicas do estudo. A terceira seção traz o referencial teórico que embasa as discussões sobre ER para os assentamentos da Reforma Agrária. A quarta seção apresenta uma análise das ferramentas em questão. Por fim, se dedica uma seção para as considerações finais.

Metodologia

Este trabalho foi elaborado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural (GIEDER), da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Itaqui, com base na análise do Programa de ATES no RS e das principais ferramentas que o compõem. Trata-se da análise de um conjunto de ferramentas de suporte às ações de ER voltada para os assentamentos da Reforma Agrária.

Com relação ao método, a pesquisa se qualifica como sendo qualitativa, de caráter descritivo, com aporte documental e pesquisa de campo, tendo como meio de investigação também a pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória segundo Gil (1996) é realizada, em geral, por meio de revisões de literatura, estudos de caso ou entrevistas com pessoas que têm experiências práticas ou sejam especialistas no tema. Em alguns casos esta pesquisa trata-se de uma etapa preparatória acerca de um tema pouco explorado, ou então sobre um assunto já conhecido, visto sob nova perspectiva.

O primeiro passo do trabalho foi a construção de uma revisão bibliográfica sobre o tema da Reforma Agrária no Brasil, que resultou na elaboração da seção seguinte. O segundo passo consistiu na formação e estudo da equipe do GIEDER sobre o uso das ferramentas de ER pelos técnicos de ATES, principalmente entre os períodos de 2008 e 2016. Foram revisados relatórios técnicos, foram feitas atividades de formação com técnicos de ATES da época, e, mais especificamente, foi estudado as ferramentas da Rede de Observação Pedagógica, do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) e os referencias da metodologia de Sistematização de Experiências.

A partir deste processo de formação da equipe do GIEDER foi desenvolvido atividades de campo para coleta de dados, com vistas a atualizar estas ferramentas a partir da realidade atual de alguns assentamentos. Este trabalho de campo foi feito entre os meses de agosto de dezembro do ano de 2022, no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul.

O quarto momento consistiu de análise dos dados e discussões sobre a função das ferramentas SIGRA, RUOP e Sistematização de Experiências para o trabalho de ER. Nesta etapa, buscou-se demonstrar as potencialidades dessas para o desenvolvimento dos assentamentos e dos trabalhos de ER.

Referencial Teórico

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi o instrumento criado pelo governo federal para apoiar a criação de assentamentos de Reforma Agrária. Estimulado pelo Estatuto da Terra de 1964, o PNRA tinha por objetivo a desapropriação fundiária para o assentamento de famílias sem-terra.

A criação de assentamentos de Reforma Agrária foi acompanhada pela elaboração de políticas públicas voltadas para a instalação e desenvolvimento de assentamentos; entre elas, a política de ER. A ER, na condição de política pública, foi impulsionada no Brasil no ano de 1948 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), de Minas Gerais (MG), seguida pela criação de associações nos demais Estados da Federação. O período compreendido entre 1948 e o Golpe Militar, em 1964, é denominado como a fase do “humanismo assistencialista”, e pode ser caracterizado por ter como público-alvo os agricultores mais pobres, por priorizar as atividades relacionadas ao bem-estar da família e por operar com o Crédito Rural Supervisionado (CRS), que era destinado a investimentos na propriedade como um todo (RODRIGUES, 1997).

O segundo período vai do Golpe Militar até o ano de 1984 e é caracterizado como a fase do “difusionismo produtivista”. Marcado pela estreita relação da política de extensão com a modernização da agricultura, tendo como “carro-chefe” o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado no ano de 1965, com o objetivo de ser o principal mecanismo estimulador e financiador da política de modernização da agricultura e conseqüentemente a ampliação dos serviços de ER em todo o país. Neste cenário, foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e ER (SIBRATER), no ano de 1970, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973 e a Empresa de Assistência Técnica e ER (EMBRATER), no ano de 1975. Em âmbito nacional a EMBRATER substituiu a ABCAR e, nos Estados, as ACARS foram substituídas pelas EMATERs (DALBIANCO, 2018).

No final da década de 1980 a crise econômica se aprofunda e o governo adota as recomendações neoliberais elaboradas pelo Consenso de Washington². Por conta disso, os serviços de ER, financiados e executados pelo Estado, foram sensivelmente reduzidos, situação que se agravou com a extinção da EMBRATER, em 1990, pois resultou na desarticulação da coordenação nacional dos serviços de Assistência Técnica e ER (ATER). Este momento pode ser caracterizado como o terceiro período, onde os serviços da ATER foram precarizados (DALBIANCO, 2018).

Por volta dos anos 1980 e 1990, muitos dos movimentos formados por trabalhadores rurais ganharam impulso na luta pelo direito à terra no Brasil, tanto no rural quanto no urbano. E, assim, em uma batalha em nome da criação de uma Reforma Agrária que verdadeiramente garanta o acesso à terra, a mesma torna-se uma palavra de ordem na sociedade brasileira. É um fato que nas últimas décadas podemos notar as reivindicações de diversos movimentos por mais direitos, principalmente no campo, com os assalariados rurais, posseiros, latifundiários e sem terras.

Com a mudança governamental ocorrida no ano de 2003, os agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária passaram a contar com uma nova perspectiva em relação às políticas do Estado. Mesmo que o agronegócio não tenha deixado de ser a prioridade no desenvolvimento agrícola do país, esta mudança possibilitou a criação e concretização de políticas públicas voltadas a atender a uma população rural historicamente à margem do desenvolvimento. Neste cenário, destaca-se a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e ER (PNATER) e, sobre suas diretrizes, dois programas: um objetivando disponibilizar assistência técnica gratuita aos agricultores familiares (ATER) e outro aos assentados pela política de Reforma Agrária Assessoria Técnica Social, Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

Sobre o programa de ATES, se ressalta que o mesmo foi desenvolvido para prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental para as diversas famílias assentadas pela Reforma Agrária, de maneira contínua e integral. Consequentemente, o programa teve como objetivo assessorar as famílias nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, de modo a melhorar a qualidade de vida das mesmas. Promovendo o aperfeiçoamento na administração dos lotes, de seus sistemas produtivos, auxílios e no comércio de seus produtos, mas também possui um viés relacionado às questões sociais, como a saúde, o saneamento básico, o meio ambiente, a educação, entre outras problemáticas em assentamentos da Reforma Agrária. A ATES visou possibilitar aos assen-

² A PNATER foi criada em 2004, após quase uma década de debates, com o intuito de reverter o quadro de abandono e impulsionar processos de desenvolvimento, tomando como pilares a transição agroecológica, a participação social e o uso de metodologias participativas (MIRANDA, ZARNOTT e ZANELLA, 2018).

tamentos uma maior capacidade organizacional social e produtiva, isto com a valorização das questões pertinentes para o desenvolvimento humano das famílias presentes nestes locais. Porém, infelizmente, a ATES foi encerrada em 2016 por falta de destinação de verba por parte do governo federal, uma grande perda para as famílias beneficiadas pelo programa, principalmente para aquelas que não possuem condições financeiras propensas a contratar estes mesmos serviços prestados em instituições privadas.

Análise das ferramentas metodológicas para o fortalecimento da assistência técnica e ER

Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA)

O Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) é um sistema informatizado do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), estruturado pela UFSM, através do apoio e cooperação com o INCRA, onde foi usado pela ATES nos assentamentos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O mesmo foi utilizado para construção de diagnósticos para monitoramento e planejamento do desenvolvimento dos assentamentos, a fim de demonstrar e qualificar a atuação dos técnicos de ATES.

O SIGRA é uma ferramenta voltada para obtenção de uma maior qualidade de dados de gestão rural, sendo também utilizado como fonte de consultoria no trabalho das equipes técnicas de ER. O SIGRA se propõe a diversos objetivos, dentre os quais: proporcionar um sistema ágil, capaz de gerenciar e organizar as principais informações da realidade dos assentamentos da Reforma Agrária, com o propósito de facilitar a proposição de ações e de políticas que contribuam com o desenvolvimento dos assentamentos, assim como, fornecer informações mais atuais e detalhadas que se encontram com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demais órgãos que tratam das informações sobre desenvolvimento rural e de assentamentos rurais.

Através do SIGRA se pode disponibilizar informações técnicas e de qualidade para as famílias assentadas, assim como para entidades locais e regionais relacionadas à Reforma Agrária, dado que se trata de um sistema multiuso, que possibilita que os técnicos de ATES, prestadoras de serviços, INCRA, famílias assentadas e suas organizações tenham a possibilidade de geração de informações em tempo real (FLECH; FRIEDERICH, 2018).

O Manual do SIGRA, o qual é usado como base para o questionário usado pelos técnicos e pesquisadores de ER em assentamentos da Reforma Agrária, é dividido em quatro partes, sendo estas: i) Quem são?; ii) Como vivem?; iii) Como são os lotes?; iv) O que produzem?. Dessa maneira, dentro de cada parte, existem diversos questionamentos pertinentes relacionados à temática, por exemplo, na parte de "Como são os lotes?", se questiona o entrevistado

(assentado responsável pela família) sobre o maquinário e equipamento utilizado no lote, assim como quais são as principais benfeitorias, entre outros questionamentos; com isso, se obtém as informações utilizadas para criação de retratos e materiais audiovisuais, que possibilitam demonstrar de forma mais clara a realidade vivida pelas famílias assentadas.

A necessidade de criação de um sistema de coleta e análise de dados se manifestou em dois momentos: no processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Planos de Recuperação dos Assentamentos (PDAs e PRAs, respectivamente), quando as equipes demonstraram dificuldades para a elaboração do diagnóstico sobre a realidade das famílias assentadas; e na construção do planejamento regional, quando foi instaurado o contrato para a regionalização das metas para o ano 2011, e se exigiu das equipes a elaboração de um planejamento condizente com a realidade local e regional das famílias (DALBIANCO, 2016).

Além disso, as discussões sobre a necessidade de um sistema de dados também foram permeadas pelas inúmeras tentativas frustradas que objetivaram a construção de diagnósticos dos assentamentos. Deste modo, um dos principais desafios do SIGRA foi superar as críticas recorrentes, resultantes dos problemas de credibilidade e funcionalidade dos instrumentos de coleta de dados já realizados no estado, dado que as duas iniciativas já desenvolvidas pela ATES, 'perfil de entrada' (em 2004) e 'pasta da família' (em 2009) não foram bem-sucedidas, devido aos dados coletados que não foram aproveitados pelas equipes de execução e não foram devolvidos para as famílias assentadas. Por falta de instrumentos para sistematização e de metodologia para análise das informações coletadas manualmente pelos técnicos, as equipes executoras da ATES acabavam coletando dados apenas para o cumprimento de meta contratual, sem a preocupação ou interesse de usar essas informações para a qualificação dos trabalhos de ER. Esse processo ficou evidente inclusive na própria meta da ATES, que era específica para a coleta de dados, não incluindo o trabalho de sistematização, análise e elaboração de planos de desenvolvimento de acordo com os diagnósticos das famílias atendidas (ATPs/RS, 2015, p. 2).

Ressalta-se que o SIGRA é um sistema informatizado que contém informações de todas as famílias assistidas pelo Programa de ATES no RS. Demandado pelo Programa e criado pelos Assessores Técnicos Pedagógicos (ATPs) no ano de 2011, o SIGRA tem se mostrado como uma importante ferramenta para a qualificação da intervenção da ATES, principalmente pela diferenciação das famílias de acordo com as características sociais, produtivas e ambientais e como uma ferramenta para a qualificação das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos.

A concepção do embasamento do planejamento nos diagnósticos fornecidos pelo SIGRA pode ser compreendida a partir do seguinte trecho, extraído de um documento formulado pelos ATPs:

A qualificação do trabalho da ATEs se dá, por exemplo, quando os técnicos analisam o perfil da família antes de realizar a visita técnica ou elaborar um projeto, quando os técnicos identificam diferentes tipos de produtores dentro dos assentamentos e orientam sua ação para cada público específico e também quando os órgãos públicos como o INCRA acessam as informações do SIGRA para direcionar sua atuação (ATPs/RS, 2015, p. 7).

Além das equipes técnicas, o SIGRA é utilizado por inúmeras organizações vinculadas ao Programa de ATEs (principalmente, as cooperativas de produção), pesquisadores de temáticas vinculadas ao desenvolvimento de assentamentos e o próprio INCRA, para identificar e planejar ações de desenvolvimento nos assentamentos.

No ano de 2015, a experiência do SIGRA foi selecionada para fazer parte do Caderno de boas práticas de ATER juntamente com mais 56 experiências exitosas na promoção da ATER que foram apresentadas no seminário de “Boas práticas de ATER na agricultura familiar e Reforma Agrária”, realizado em Brasília no dia 1º de dezembro de 2015. Compreende-se que esse reconhecimento é resultado das avaliações sobre a política de ER, em que se evidencia uma dificuldade generalizada para a sistematização e análise dos dados da realidade dos agricultores. Nessa conjuntura, o SIGRA mostra-se como uma ferramenta que pode apoiar a qualificação da ATER/ATEs, sendo reconhecido como “boas práticas de ATER”.

O desafio que se coloca é o uso dessa ferramenta para a qualificação do trabalho da ATEs. Avalia-se que, até então, as equipes técnicas não conseguiram modificar a lógica de trabalho de modo a referenciar adequadamente o planejamento proposto conforme a realidade das famílias assentadas.

Ao se analisar os documentos de planejamento apresentados pelas equipes técnicas, observa-se que existe uma limitação para se trabalhar com dados e com diagnósticos. Estimulada pela lógica contratual que valoriza o cumprimento da norma e da regra na execução de ações pontuais, a ação técnica espontânea e referenciada nos próprios técnicos se comporta como uma ação assistencialista, preocupada na solução de problemas pontuais e imediatos. O uso do SIGRA, como ferramenta de trabalho das equipes técnicas, está relacionado com uma proposta de ATEs diferenciada, que deve ser sustentada pela concepção de processos de desenvolvimento de médio e longo prazo, suplantando a lógica do imediatismo como parâmetro de qualidade de ER.

No ano de 2022, o GIEDER realizou uma atualização dos dados do SIGRA em três assentamentos localizados município de Santana do Livramento,

RS, abrangendo 123 famílias assentadas, sendo 39 famílias pertencentes ao assentamento São Joaquim, 22 famílias pertencentes ao assentamento Recanto e 62 famílias pertencentes ao assentamento Ibicuí, ao longo de três semanas, com um tempo variado na aplicação dos formulários em cada residência. A proposta desta atualização foi demonstrar que o SIGRA se mantém como uma importante ferramenta ao planejamento do desenvolvimento dos assentamentos.

A seguir, demonstra-se algumas informações extraídas dos relatórios do SIGRA, com base na atualização de 2022. Na Tabela 1, é possível perceber a distribuição etária e por sexo das pessoas de um assentamento.

Tabela 1 - Distribuição dos Assentados - Faixa etária por sexo – PA Recanto – 2022 em Santana do Livramento-RS.

Faixa etária (anos)	Feminino	Masculino	Total
Até 4	6	7	13
5 a 14	4	6	10
15 a 24	9	3	12
25 a 39	8	7	15
40 a 54	6	9	15
55 a 60	1	1	2
Acima de 60	2	4	6
Total	36	37	73

Fonte: SIGRA (2022).

Na Tabela 2, é possível analisar as condições de via de acesso de outro assentamento. Se pode observar que o assentamento está com suas vias de acesso em condições precárias, dado que, das 62 famílias assentadas respondentes, 55 afirmam que tem o acesso interrompido em alguma época, e 7 possuem acesso permanente às suas estradas internas, porém, nenhuma possui acesso interrompido permanentemente.

Na Tabela 3, demonstra-se os dados produtivos referente a atividade leiteira no assentamento São Joaquim. Destaca-se que, de um total de 29 famílias, 12 estão envolvidas com a atividade leiteira, sendo que a maioria se enquadra na produção voltada para o autoconsumo.

Por fim, cabe destacar que somente através de dados científicos, observações empíricas e levantamentos in loco é que poderemos pensar em alternativas viáveis para a desmistificação do que são os assentamentos da Reforma Agrária e quem são os indivíduos que os compõem. Neste sentido, o SIGRA se apresenta como uma importante ferramenta para a qualificação dos sistemas de produção dos assentamentos.

Tabela 2 - Condição das vias de acesso - PA Ibicuí - 2022.

Condição das estradas	Quantidade de famílias	Apenas para veículos leves	Para veículos leves e pesados
Interrompido algumas épocas	55	8	45
Acesso permanente às estradas	7	2	5

Fonte: SIGRA (2022).

Tabela 3 - Produção de leite no assentamento São Joaquim - 2022.

Categoria Produção (l)	Famílias	Produção Total (l)	Total de vacas	Produtividade vaca/dia
12000 - 20000	1	18.250	14	3,6
20001 - 30000	1	42.050	2	57,6
30001 - 40000	1	35.400	9	10,8
40001 - 60000	4	187.800	71	7,2
60001 - 100000	5	326.110	104	8,6
Total	12	588.560	200	-

Fonte: SIGRA (2022).

Os dados sistematizados a partir do SIGRA permitem uma interpretação precisa sobre o funcionamento de uma comunidade dentro de assentamentos rurais, pois assim se torna possível visualizar estratégias e políticas sociais mais eficazes, visando o bem-estar social das famílias assentadas, deste modo, concordando com o que foi destacado por Souza:

Considerando que a política nacional da Reforma Agrária prima por ações e estratégias para alcançar o desenvolvimento rural e sustentável, a partir da articulação harmoniosa entre os domínios econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, subentende-se que a qualidade de vida das famílias assentadas é o produto final desejável (SOUZA, 2009, p. 2

Assim, o acúmulo de estudos de diferentes áreas do imaginário social sobre o bem-estar social dentro das comunidades rurais, proporcionará ferramentas para a ação de órgãos e instituições públicas e privadas para atuarem sobre as mesmas. Tendo em vista que os assentamentos da Reforma Agrária são comunidades criadas com o intuito de enfraquecer o histórico controle do “latifundismo” sobre a posse de terras no Brasil, promovendo uma distribuição fundiária mais justa, proporcionando para famílias de trabalhadores do campo, a chance de buscar equidade econômica, social e qualidade de vida (SIMONATO *et al.*, 2014).

Sobre a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP)

A necessidade de uma compreensão mais detalhada da realidade vivenciada por parte das famílias assentadas, fez com que o programa de ATES no RS criasse uma ferramenta como a RUOP. Essa ferramenta objetiva promover modelos pedagógicos que estimulem os técnicos de ATES e demais atores envolvidos no desenvolvimento dos assentamentos a refletirem sobre os condicionantes, limites e potencialidades dos sistemas de produção adotados pelas famílias. Além disso, busca gerar referências técnicas econômicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos em bases locais e regionais (ATES/RS, 2013).

As UOPs que compõem a rede vêm gerando indicadores nos últimos anos, tanto técnicos quanto econômicos, o que permite avaliar a capacidade de reprodução dos assentados, para assim se ter um instrumento mais completo para ser utilizado pelos técnicos da ATES nos assentamentos da Reforma Agrária. Neste sentido, a RUOP tem por objetivo constituir-se em uma ferramenta pedagógica que estimule os técnicos e assentados para a reflexão dos condicionantes, limites e potencialidades dos sistemas de produção adotados pelas famílias, e também possibilita diagnósticos mais detalhados acerca dos sistemas de produção, isto empregando o modelo de análise do método do valor agregado, o qual verifica o valor gerado na Unidade de Produção Agrícola (UPA).

As ferramentas da gestão agrícola e o método da Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários foram várias vezes apontados como capazes de contribuir para a qualificação dos métodos e abordagens da ATES. É desta preocupação que surge a proposta de se criar na ATES do RS uma ‘Rede de Unidades de Observação e Referência Pedagógica’ representativa dos principais sistemas de produção presentes nos assentamentos do RS. O objetivo é utilizar a Rede como ferramenta pedagógica, estimulando os técnicos e assentados na reflexão dos condicionantes, limites e potencialidades dos sistemas de produção adotados pelos assentados

e também para a geração de referências técnicas e econômicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos em bases locais e/ou regionais (ATPs, 2013, p. 7).

O trabalho a campo do GIEDER teve por finalidade a coleta de novos dados complementares para compor e atualizar a Rede de Unidades de Observação Pedagógicas (RUOP), formada originalmente por mais de 100 unidades de observação pedagógicas (UOP), os quais são unidades de produção agrícolas representativas dos principais sistemas de produção agrícolas dos assentamentos do Rio Grande do Sul. Em Santana do Livramento, foram atualizados os dados das unidades da RUOP vinculados ao sistema leite. Deste modo, este trabalho foi realizado em algumas unidades de produção para a realização da análise econômica. Para esta análise econômica, foram escolhidas 9 unidades de produção a partir de uma amostra estratificada. A estratificação dos produtores de leite foi realizada com base no volume de leite produzido no mês de julho de 2022 e seguiu a mesma escala adotada pela Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (COPERFORTE).

A escolha das unidades também observou uma distribuição espacial dentro do município de Santana do Livramento, de modo que unidades representassem as diferentes regiões que concentram o maior número de assentamentos. As informações para a análise econômica foram coletadas em visitas realizadas às unidades de produção entre 29 de agosto e 2 de setembro de 2022. A coleta realizada contou com auxílio das planilhas Microsoft Excel desenvolvidas para a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP), ferramenta que compunha o conjunto de ações desenvolvidas no Programa de ATEs/RS.

A análise econômica foi realizada pelo método do Valor Agregado (VA), determinado pela fórmula: $VA = PB - CI - D$. Onde: VA = Valor Agregado. PB = Produto Bruto. CI = Consumo Intermediário. D = Depreciação (LIMA *et al.*, 2001?). Neste cálculo, o PB se refere ao valor monetário de tudo que foi produzido durante um ciclo agrícola. São considerados PB a produção consumida pela família, a produção doada e vendida, a remuneração de serviços prestados para terceiros. Por sua vez, o CI corresponde aos custos consumidos para a realização da produção durante um ciclo agrícola e a depreciação se refere ao custo sobre os ativos fixos, como, por exemplo, o maquinário.

Além destes indicadores, são calculados o Valor Agregado Bruto (VAB) que corresponde a subtração do PB pelo CI e se apresenta como um indicador da eficácia técnica da produção, pois representa a relação entre o que se produz e o que se gasta para garantir essa produção. Já o Valor Agregado Líquido (VAL) corresponde a subtração do VAB pela depreciação e indica a eficiência econômica da unidade de produção. Por fim, a renda agrícola é obtida após a subtração da Distribuição do Valor Agregado (DVA). O DVA representa os

valores relacionados aos gastos com os meios de produção que o agricultor não possui (despesas com arrendamento, salários) e a distribuição do Valor Agregado na sociedade via impostos e pagamento de juros de financiamento de custeio (caso tenham sido contraídos).

Além da Renda Agrícola, também é analisada a Renda Total da UPA, quando são consideradas as outras fontes de renda como aposentadorias, trabalhos não agrícolas, doações recebidas pela família.

Os dados econômicos das unidades de produção de leite analisados apontam que, de modo geral, os sistemas de produção com volume mensal de até três mil litros não proporcionam renda às famílias assentadas de modo que alcancem o Nível de Reprodução Simples (NRS) e permaneçam na atividade (NEUMAN; FIALHO, 2009).

A tendência apontada para essas unidades é a redução ou mesmo a completa supressão da produção de leite em seus lotes, para entrada do arrendamento das áreas para cultivo de soja e liberação da mão de obra para obtenção de outras rendas. Esse grupo representa mais de 27% do volume de leite captado e mais 65% dos produtores que atualmente entregam leite para a cooperativa. Assim sendo, é essencial proporcionar meios para que esses agricultores não deixem a atividade, mas sim se tornem produtores mais eficientes e, proporcionalmente, com rendas oriundas do sistema leite que proporcionem a continuidade ou mesmo o crescimento da atividade (NEUMAN, *et al*, 2022).

Neste sentido, esta rede vem contribuindo em grande parte para a qualificação das ações extensionistas, realizadas por parte de acadêmicos, pesquisadores e técnicos do programa de ATES no RS. Sendo considerada uma importante ferramenta para qualificação da interpretação e para as ações realizadas a campo com as famílias assentadas, auxiliando a traçar estratégias visando a melhoria dos assentamentos e como uma importante ferramenta pedagógica para a formação e qualificação dessas famílias.

Sobre a Sistematização de Experiências

A Sistematização de Experiência teve como origem o México na década de 1980. Esta práxis foi utilizada como uma ferramenta de educação popular pelos profissionais que eram vinculados ao Centro de Estudos do Terceiro Mundo (Ceestem), que sentiram a necessidade de recuperar e comunicar as experiências sobre as quais vinham trabalhando por um período.

As vivências eram sistematizadas para ser um canal de comunicação de informações que demonstrava lições que não estavam sendo devidamente divulgadas e tampouco replicadas (ECKERT, 2008). Este é um período em que as organizações de educação popular começaram a teorizar e a implementar

iniciativas de experiências que, a princípio, se aplicam sobretudo aos programas de educação popular em que trabalhavam (PLANELLS, 2002).

A sistematização de experiência é uma ferramenta metodológica de coleta, sistematização e análise de dados de uma comunidade. De acordo com Holliday (2009, p. 24), que define a sistematização como sendo uma “interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo” e busca ser visto como uma ferramenta de aprendizado.

Assim, a sistematização é uma interpretação crítica de uma experiência, que apenas é possível pelo ordenamento e reconstrução do processo vivido e que possui uma lógica que conduz o processo de modo a compreender os fatores que intervêm e as relações entre eles. Deste modo, a sistematização produz um novo conhecimento a partir de uma prática concreta, possibilitando a sua compreensão e transcender para além dela. Ademais, a sistematização possibilita objetivar o processo construído pelas comunidades, de tal modo que se converte a experiência em objeto de estudo, interpretação teórica e ao mesmo tempo de transformação (HOLLIDAY, 2009).

Neste sentido, a sistematização de experiências é uma ferramenta de ER que consiste em ordenar, classificar e/ou catalogar dados e informações pertinentes sobre determinado tema, para determinada finalidade, isto é, organizando-se em um sistema, no formato de um material descritivo ou visual, por tópicos, tais como: contexto; descrição da experiência; resultados, produtos e impactos; potencialidades; limites; lições aprendidas; fotos e depoimentos; autores e colaboradores; referências; rede de contatos; entre outros. Além disto, a sistematização de experiências busca obter aprendizagens críticas a partir das experiências obtidas por meio das ações da equipe no âmbito da extensão.

Assim, concordamos com Holliday (2009) quando afirma que a sistematização realizada com a leitura e reconhecimento da realidade, mediados pelo método, são fontes para a transformação da realidade.

No caso do Programa de ATEs no RS, o uso da ferramenta de sistematização de experiências contribuiu para melhorar as práticas de ER e promover a sustentabilidade, a inovação e a melhoria dos espaços nas comunidades rurais. Essa abordagem permite compartilhar e aplicar as lições aprendidas em diferentes situações de forma mais eficaz, evitando, assim, a repetição de erros e aumentando o sucesso.

Destaca-se que entre os anos de 2013 e 2015 as equipes técnicas do Programa de ATEs do RS realizaram 54 sistematizações de experiências. De acordo com Miranda, Zarnott e Zanella (2018), que se preocuparam em relatar esse trabalho, foram constituídas como experiências “sistematizáveis” pelo

Programa de ATEs, o conjunto de estratégias postas em prática por famílias assentadas, desde suas interações com seus projetos de vida, com as pautas dos movimentos sociais, com as políticas públicas, com as organizações que atuam nos assentamentos e, sobretudo, com as ações de ER. Nesse sentido, os autores evidenciam que as experiências sistematizadas pelo Programa de ATEs foram aquelas que, em diferentes graus, se aproximavam de uma perspectiva agroecológica para o desenvolvimento sustentável como orienta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)³.

O exercício de sistematização de experiências no Programa de ATEs permitiu visualizar um novo caminho para reflexão da ação extensionista através da análise crítica de práticas realizadas nos assentamentos. Foram possíveis identificar problemas e potencialidades existentes em todas as experiências. Esperamos que essas experiências possam servir tanto para contribuir nos trabalhos das equipes de ER como para as organizações populares que desenvolvem ações onde a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento da agroecologia sejam prioridades (ATPS, 2013, p. 4).

A realização da sistematização das experiências permite uma abordagem analítica e de maneira crítica sobre a vivência e experiência das comunidades, e ao examinar de perto os resultados e os impactos alcançados pela experiência, torna-se um exercício constante de monitoramento e avaliação das atividades, necessário para o contínuo aprimoramento da ação (Chavez-Tafur, 2007). Isto torna o resultado deste trabalho, mais difundido e de mais fácil acesso a outros grupos e projetos relacionados a temática da sistematização realizada.

No trabalho desenvolvido pelo GIEDER no município de Santana do Livramento, a sistematização teve como eixo central a reconstrução do processo histórico da Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (COPERFORTE) nos seus 20 anos de existência. Sendo que o objetivo geral foi de “resgatar e documentar a trajetória da COPERFORTE provocando um processo reflexivo sobre a ação cooperativa e estratégias de superação das adversidades”. E os objetivos específicos, foram: reconstruir a trajetória da cooperativa; identificar os momentos mais desafiadores da cooperativa e estratégias de superação; refletir sobre os feitos e aprendizados, analisar o momento atual da cooperativa, perspectivas e desafios futuros e elaborar material audiovisual da cooperativa para o aniversário de 20 anos.

⁴ De acordo com Williamson (2000), personagem idealizador do Consenso, as medidas adotadas para a reestruturação da economia mundial partiram do reconhecimento de que a redução do aparato público e do intervencionismo governamental representava soluções pragmáticas para a diminuição dos défices orçamentários, que reduziram o papel do Estado em prol do desenvolvimento econômico baseado no livre mercado. Recomendações-chave desse processo para o desenvolvimento econômico sustentavam-se na liberação internacional dos mercados, eliminando as barreiras para os investimentos internacionais, no fomento ao setor privado e na redução da “máquina estatal” pela privatização das empresas públicas (MAXWELL, 2005). Contudo, essas alterações provocaram um agravamento significativo da pobreza devido à incapacidade do setor privado em atender as demandas básicas da população.

No delineamento do processo de sistematização da experiência da COPERFORTE, contou-se com distintas ferramentas, aplicadas em diferentes momentos, como: reuniões, entrevistas com produtores e dirigentes, leitura de paisagem, linha do tempo e método SWOT (FOFA), bem como estudo dos documentos da cooperativa.

O método FOFA, possibilitou refletir com o grupo de dirigentes sobre a força da cooperativa, oportunidades de crescimento, diversificação e consolidação, além de fraquezas e ameaças que podem limitar o avanço da mesma. Estas reuniões com os dirigentes da cooperativa, foram fundamentais para construção do eixo e objetivos da sistematização, bem como para apresentação e discussão sobre o resgate histórico.

A reconstituição da linha do tempo da cooperativa foi realizada em momentos, contando com a participação de dirigentes que atuaram em diferentes períodos na cooperativa, bem como com os produtores. Para a reconstituição da memória, desenhou-se uma linha com os principais fatos ocorridos em diferentes períodos, sendo marcados por reflexões e aprendizados. As entrevistas com produtores, feitas a partir de um roteiro semiestruturado, possibilitaram compreender o processo histórico das famílias assentadas desde a chegada nos lotes, passando pela organização das atividades produtivas, o ingresso na atividade leiteira e sua participação na cooperativa.

A leitura de paisagem possibilitou compreender o contexto socioambiental onde estão inseridos os produtores de leite da COPERFORTE, as fragilidades e potencialidades que o agroecossistema oferece para o desenvolvimento das atividades produtivas. A reflexão sobre as decisões tomadas no decorrer da história e os resultados obtidos, possibilitam aprender e não repetir erros cometidos. Entretanto, as reflexões de diferentes atores, em distintas funções, mediada por agentes externos, possibilita olhares sob diferentes ângulos da experiência sistematizada e estes diferentes pontos de vista precisam estar registrados, ordenados, organizados de tal modo que sirvam de referência para novas experiências a serem desenvolvidas. O resultado da sistematização da COPERFORTE foi a elaboração de um relatório técnico e um material audiovisual, que pode ser acessado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=UdtiiFvXIOA>⁴.

Assim sendo, se considera que a sistematização de experiências se revela cada vez mais numa ferramenta importante para ordenamento dos fatos, reconstrução de processos vividos e reflexões que geram aprendizados. Essa ferramenta de sistematização de experiências no rural pode ser útil para organizações associativas, cooperativas, entidades de ER, ONGs entre outras que queiram contribuir com ações educativas de caráter emancipatório.

⁵ Vídeo disponibilizado na plataforma youtube em 21 de novembro de 2022.

Considerações finais

O Programa de ATES no RS é resultado de um esforço coletivo de organizações e instituições que se preocuparam em desenvolver os pressupostos previstos pela PNATER com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais. Entende-se que a estrutura proposta no modelo de ATES no RS alcança avanços inéditos em sua história, apontando para uma nova dinâmica e racionalidade organizacional na prestação desse serviço.

A crítica à centralidade decisória e ao distanciamento das metas contratuais da realidade regional, bem como a abertura do INCRA ao diálogo sobre a necessidade da reconfiguração dos contratos, possibilitou um novo formato de metas contratuais, no qual foi possível contemplar as diferentes características territoriais dos assentamentos por meio de uma estrutura de planejamento regional da ATES, com o uso das informações disponibilizadas pelo SIGRA e RUOP. Essa mudança construiu um novo ciclo de discussão e ação no Programa de ATES, em que a centralidade das decisões passou a ser compartilhada em nível regional e com as famílias assentadas. Esses ajustes passaram a proporcionar aproximações entre diferentes atores envolvidos no contexto da ER, fomentando desafios metodológicos com o objetivo de valorização dos saberes e conhecimentos dos agricultores e extensionistas.

Desse modo, compreende-se que é fundamental a sistematização e análise da realidade dos assentamentos como pressuposto da determinação das ações de ER. Nesse cenário, a combinação do SIGRA com o planejamento regional poderá contribuir significativamente para a elucidação de informações que possibilitem viabilizar o monitoramento de resultados do trabalho da ATES.

Neste sentido, a implementação das políticas de consolidação dos assentamentos rurais cumpre uma função primordial para a viabilidade da permanência das famílias no campo. Em especial, destaca-se as ações de ER e suas ferramentas de trabalho, como é o caso de destaque neste trabalho o SIGRA, a RUOP e a sistematização de experiências.

No caso do SIGRA, a ferramenta se mostrou pertinente no processo de coleta, sistematização e análise dos dados das famílias assentadas, potencializando o trabalho das equipes de ATES. O SIGRA é um sistema que possibilita uma ampla gama para análise dos assentamentos e assentados, isto acerca de, quem são, como vivem, como são os lotes e o que produzem.

No caso da RUOP, destaca-se que se trata de um sistema de obtenção de dados, este mais específico sobre a situação econômica das unidades de produção. Ambos os sistemas contribuem para a realização de pesquisas e ações no âmbito da ER, contribuindo para a disseminação do conhecimento técnico e acadêmico, para os membros e lideranças de assentamentos e movimentos no meio rural.

No caso da ferramenta de sistematização de experiências, compreende-se que se trata de uma ferramenta destinada a produção de materiais técnicos e audiovisuais que facilitem a divulgação das ações extensionistas durante as visitas a domicílio nos assentamentos e das organizações que fazem parte dos mesmos, com a importância de servir de exemplo para novas ações de outros projetos com o mesmo objetivo no futuro.

Mesmo que o ATES tenha sido interrompido no ano de 2016, as ferramentas discutidas neste trabalho são referências para os processos de ER, apontando para uma nova dinâmica organizacional na prestação desse serviço.

Agradecimentos

Agradecimento ao projeto “Implantação do SIGRA no programa de ATER para assentamentos de Reforma Agrária” do TED INCRA-UFSM.

Referências

ATPS. **Assessores Técnicos Pedagógicos**. Universidade Federal de Santa Maria. Cartilha de suporte metodológico da RUOP ATES/RS. Santa Maria, fev. 2013. Impresso.

ATPS/RS. **Assessores Técnicos Pedagógicos**. Universidade Federal de Santa Maria. Décimo segundo relatório dos ATP. Santa Maria, dez. 2015. Impresso.

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Brasil: AS-PTA, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.consumoresponsavel.org.br/items/show/59>. Acesso em: 05/03/2023.

DALBIANCO, V. P. **Racionalidade Burocrática e Políticas Públicas: crítica ao sistema normativo da ATES no RS**. Tese de doutorado. Programa de Pós graduação em ER, 2016.

DALBIANCO, V. P. **A institucionalidade do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) NO/RS**. In: Uma nova ER pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Estado do Rio Grande do Sul / organizadores Vinicius Piccin Dalbianco[...] [et al.], – Ijuí: ed. Unijuí, 2018.

DIAS, M. M. Políticas públicas de ER e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, vol. 1, n. 1, p. 101-114, 2008. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/986>. Acesso em: 05/03/ 2023.

ECKERT, C. **Orientação para elaboração de sistematização de experiências**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2008.46 p.

FLECH, E. M.; FRIEDERICH, G. **Um Sistema Integrado de Gestão Rural (SIGRA) como Instrumento de Gestão da Atuação em Rede**. In: Uma nova ER pública: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Estado do Rio Grande do Sul / organizadores Vinicius Piccin Dalbianco... [et al.], – Ijuí: ed. Unijuí, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996, 176p.

HOLLIDAY, O. J. **Para Sistematizar Experiências**; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., Brasília: MMA, 2009, 128 p.

MAXWELL, S. **The Washington Consensus is dead! Long live the Meta Narrative!**. Working Paper n° 243. Londres: Overseas Development Institute, 2005.

MIRANDA, F. Q. ZARNOTT, A. V. ZANELLA, F. C. O Processo de Sistematização de Experiências Agroecológicas como Instrumento de Extensão Rural. In:

DALBIANCO, et al. **Uma Nova Extensão Rural Pública**: a experiência pluralista e descentralizada da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul. Ed. Unijuí, p. 163-178, 2018.

NEUMANN, P. S.; ZARNOTT, A. V.; DALBIANCO, V. P.; JAEHN, E. (ORG). **Análise Econômica da Produção de Leite entre os Associados da Coperforte. 2022**. Documento para discussão.

NEUMANN, P. S.; FIALHO, M. A. V. **Sistemas agrários**: Agricultura Familiar e Sustentabilidade. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2009.

PLANELLS, ANTONI VERGER L. **Sistematización de experiencias em America Latina**: uma proposta para el análisis y la recreación de la acción colectiva desde los movimientos sociales. Barcelona: Universita Autonomia, Dpto de Sociologia, 2002. 15 f.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de ER no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/81227/1/Conceito-de-seletividade.pdf>. Acesso em: 05/03/2023.

SIGRA. Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES. Banco de dados 2022. Integrado ao Programa de Assistência Técnica e ER (ATES) aos assentamentos de Reforma Agrária . Disponível em: www.sigra.net.br. Acesso em: 16/02/2023.

SIMONATO, D. C.; FIGUEIREDO, R. A. de; DORNFELD, C. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Condições socioeconômicas e qualidade de vida de um assentamento rural no noroeste paulista, Ilha Solteira/SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, n. 2, p. 339-356, Julho-Dezembro, 2014.

SOUZA, J. M. M. **Do acampamento ao assentamento: uma análise da Reforma Agrária e qualidade de vida em Sergipe**. 2009. 368f. Núcleo de Pós Graduação em Geografia - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

WILLIAMSON, J. What should the World Bank think about the Washington Consensus? **The World Bank Research Observer**, v. 15, n. 2 p. 251-264, ago. 2000.

ZANELLA, F. C.; PICCIN, M. B. Assentamentos rurais e relações de interdependência: ambiguidades no reconhecimento dos assentados na região estancieira do Rio Grande do Sul. **INTERAÇÕES**, v. 20, n. 4, p. 1165-1178, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/inter/a/zWYvpwgP8yt5pqSN3nCPzBF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05/03/2023.